

ANTI CAPITA LISTA

Nº 01 - DEZEMBRO 2017

REVOLUÇÃO DE
OUTUBRO
P.03

REVOLTA
CATALÃ
P.04

LLIBERTAT
PRESOS POLÍTICS



OUTUBRO

OU NADA!

EDITORIAL

APRESENTAÇÃO

As últimas duas décadas foram marcadas pelo recuo na relação de forças social. Nesse período difícil, o Bloco provou que a esquerda revolucionária pode ter um caminho diferente da absorção pelo PS e pelo institucionalismo. Essa insubordinação assenta numa cultura de conflito político e social.

A autonomia do Bloco face ao centro continua a depender dessa cultura. Se estiver reduzido a ser uma referência institucional para as lutas existentes, o Bloco corre o risco da conformação. Pelo contrário, devemos ser um agente social mobilizador, escola e laboratório, corpo militante, dedicados a dar maior alcance ao conteúdo anticapitalista de cada luta, de modo consistente com uma estratégia socialista.

Ensaiam-se hoje os passos constituintes de futuras transformações. Nas experiências de movimento que construirmos devem desenvolver-se as estruturas participativas da luta contra-hegemónica, em que se revelem a natureza do sistema e os modos concretos de o enfrentar. Acumular forças é isso: gerar experiência militante contínua, que junta e prepara, conquista e defende, perde e ganha, regista e transmite. Nenhum partido se constrói em progresso linear, muito menos só eleitoral.

Esta Rede Anticapitalista tem um objetivo muito concreto, de curto, médio e longo prazo: contribuir para mudar a prática partidária quanto aos movimentos e lutas sociais. Sem um esforço consciente, debatido abertamente e feito de energias novas, muitas das atuais estruturas do Bloco não serão capazes de mudar as suas piores rotinas. Perante essa dificuldade, recusamos o recuo para o fechamento em grupos, mais em torno de pessoas do que de ideias, do passado e não do futuro, formas de sectarismo interno que afastam o Bloco do trabalho de base e que servem de justificação para uma cultura de impotência. Aqui estamos, para combater esse fechamento e contribuir para que a renovação da esquerda revolucionária venha da luta social.

Não somos uma nova tendência, não viemos disputar uma nova hegemonia no Bloco ou outro

equilíbrio de direção. Como bloquistas, apoiamos a força da Catarina Martins e reconhecemo-nos na voz que a Mariana Mortágua ou a Marisa Matias souberam dar ao Bloco. Estivemos ativamente na Moção U e julgamos que a Plataforma Unitária continua a ser indispensável: protegeu a cultura de convergência do Bloco quando esta esteve ameaçada e produz uma orientação forte, socialista e de combate, que continua a fazer caminho, na conjugação necessária à ação do Bloco. Debate plural é isso: procura de consensos para a ação e não contagens de espingardas ou rituais de afirmação de identidades fechadas. Mas, como está, o Bloco não consegue superar as suas limitações e crescer como partido: é por isso que queremos desbloquear o trabalho de base e combater as resistências à intervenção social. Faltam-nos mais movimentos de causas, trabalho sindical, coletivos nos locais de trabalho, jovens ativistas e uma cultura de insubmissão que organize, responda e vire do avesso o poder do capital e de todas as opressões.

De forma aberta, escreveremos as nossas ideias, discutiremos como incentivar o trabalho de base, em articulação com quem queira essa mudança que consolida a identidade do Bloco: um partido na luta social, um movimento nas ideias e uma força na brecha contra o capitalismo e todas as dominações. A Rede Anticapitalista é por isso um manifesto pelo ativismo de base, contra as seitas, pela luta socialista.

Adriano Campos
Ana Bárbara Pedrosa
Ana Rosa
Andreia Quartau
João Camargo
Luís Leiria
Rodrigo Rivera
Tatiana Moutinho

Esta é uma publicação da **Rede Anticapitalista**, onde se juntam militantes do **Bloco de Esquerda** empenhadxs nas lutas sociais e no ativismo de base.

ÍNDICE

- 2 **Editorial**
Apresentação
- 3 **História**
Revolução de Outubro
- 4 **Ativismo**
Um mês depois da Revolta Catalã
- 6 **Ambiente**
Construir Movimento Ambientalista
- 7 **Ilustração**
Support your Sisters
- 8 **Aconteceu**
Machismo não é justiça, é crime
- 8 **Vai Acontecer**
Curso Intensivo em Ativismo Climático
II Conferência Nacional
- 8 **Leituras**
Os Dez Dias que Abalaram o Mundo

Ficha Técnica

Conselho Editorial
Ana Bárbara Pedrosa
Andrea Peniche
Hugo Monteiro
Miguel Lobo Barbosa
Rodrigo Rivera

Design
Helena Borges

Participaram nesta edição
Francisco Louçã
Gabriela César
João Camargo
Laia Facet
Paula Sequeiros
Ricardo Vicente

Capa - Ilustração
Catherine Boutaud

Contactos
email redanticapitalista@gmail.com
facebook.com/[redanticapitalista](https://www.facebook.com/redanticapitalista)
web www.redanticapitalista.net

REVOLUÇÃO DE OUTUBRO

TEXTOS COMPLETOS EM WWW.REDEANTICAPITALISTA.NET

**CEM ANOS
DEPOIS
ALGUMAS
HERANÇAS
DIFÍCEIS DA
REVOLUÇÃO
DE OUTUBRO
DE 1917**

FRANCISCO LOUÇÃ

Nas suas *Notas de Prisão*, Rosa Luxemburgo, que acompanhava à distância, mas com fervor, a revolução em Petrogrado e Moscovo, consciente dos riscos e dos perigos – porventura com mais clareza do que qualquer dirigente revolucionário dessa segunda geração do marxismo –, apelou à solidariedade, mas não abdicou do seu espírito crítico. Escrevia ela que «Concretamente, o que poderá trazer à luz do dia os tesouros de experiência e ensinamentos não é a apologia cega, mas a crítica penetrante e refletida. Porque uma revolução proletária modelo num país isolado, esgotado pela guerra mundial, estrangulado pelo imperialismo, traído pelo proletariado internacional, seria um milagre. O que importa é distinguir, na política dos bolcheviques, o essencial do acessório, o substancial do fortuito».

Se distinguir o essencial do acessório e do fortuito é sempre difícil, ainda mais a uma distância histórica que esbate as dificuldades das decisões imediatas, tal como oculta as contradições e os dramas de uma revolução em curso, recusar a «apologia cega» e manter uma «crítica penetrante e refletida» é pelo menos indispensável. Nas sete anotações que se seguem, situo e discuto brevemente alguns dos impactos e das consequências da Revolução de Outubro de 1917, referindo-me ao percurso de alguns dos seus protagonistas, com a mesma preocupação de evitar a apologia e pensar criticamente, como é merecido pelo grande acontecimento que alterou o curso do século XX.

continua online

Vladimir Lebedev, *A workman sweeping the criminal elements out of the Republic*, 1923. In *Russian Placards (1917-1922)*.

**A CRISE
INAUGURAL DE
QUE REVOLUÇÃO?
A NOÇÃO DE
CRISE
REVOLUCIONÁRIA
EM LENINE**

DANIEL BENSÂID

Que crise revolucionária? A crise que Lenine prepara é a crise de uma formação social capitalista; é uma crise de natureza política; só pode ser resolvida por um sujeito prático. Mas de que revolução é a crise?

Para além do reconhecimento da formação social que enfrenta, Lenine esforça-se, desde os seus primeiros escritos, por definir o nível de estruturação do sistema que combate. Já em *O que são os amigos do povo*, de 1894, sublinha «a interdependência de todos os povos na rede do mercado universal, de onde decorre o carácter internacional do capitalismo»¹. Situa-se aí o nível real de estruturação do sistema do qual a formação social russa é apenas uma parte.

A este nível de estruturação do sistema deve corresponder um nível particular de estruturação do sujeito teórico. Não se trata deste ou daquele proletariado, mas do proletariado mundial. A estratégia que assume é também uma estratégia internacional: «Um programa e uma tática estritamente proletária são o programa e a tática da social-democracia internacional»².

Assim como a estratégia revolucionária nacional encontra na organização a sua consagração, a estratégia internacional encontra o seu instrumento e a sua consagração na organização internacional: «A Internacional consiste na aproximação, primeiro ideológica, e depois, chegado o momento, no campo da organização, das pessoas capazes. Desde o seu regresso à Rússia, em 1917, nas *Teses de Abril*, Lenine apresenta como uma das tarefas principais dos bolcheviques “*renovar a Internacional*”.

A existência de uma tal organização internacional não se reduz à soma das suas secções, ela transforma-as qualitativamente e constitui-as em sujeito prático da revolução mundial. continua online

¹ Lenine, *Œuvres*, tomo I, Éditions de Moscou, p. 138.

² Lenine, *Op. Cit.*, tomo VIII, p. 511.



DEMOCRÀCIA

llibertat

ATIVISMO

UM MÊS DEPOIS DA REVOLTA CATALÃ

Laia Facet

Anticapitalistes Catalunya

No sábado 11 de novembro, 750 mil pessoas encheram as ruas de Barcelona contra a prisão de metade do governo catalão e dos presidentes dos dois movimentos independentistas maiores da Catalunha (ANC e Omnium), os Jordis. Uma mobilização precedida por uma jornada de greve geral convocada pelo sindicalismo alternativo, à margem das CCOO (Comisiones Obreras) e da UGT (sindicatos maioritários) que, com o apoio dos Comitês de Defesa da República, conseguiram uma adesão de 20% e bloquear as principais vias de trânsito e transporte da capital, assim como das entradas e saídas nas fronteiras. Estas iniciativas que comento são as que marcaram as últimas semanas; no entanto, no último mês, centenas de iniciativas à escala local e nacional deram resposta às agressões do Estado para não ficarem impunes. Um mês depois da revolta catalã, com distintas intensidades, continuamos a viver uma dinâmica mais ou menos sustentada de mobilizações e ações. Uma mudança de ritmo evidente no processo catalão como o conhecíamos antes de outubro. Mobilizações, contudo, que endureceram na resposta às repressões do Estado Espanhol.

Mas por que razão o governo de Rajoy, os órgãos judiciais e policiais optaram por uma via claramente repressiva? A resposta de fundo é que a autodeterminação não cabe na sua Constituição. A Constituição de 1978 cristalizou os pactos de conciliação num contexto de lutas do movimento operário e de movimentos nacionais fortes na periferia do Estado. Uma conciliação entre elites velhas e novas que apaziguaram a vontade de ajustar contas com décadas de ditadura. O catalanismo tentou abordar a questão do autogoverno desde então, uma abordagem que até 2010 se procurou fazer dentro daquilo que a Constituição permite: os estatutos da autonomia. Estatutos estes que foram sistematicamente reduzidos. O bloqueio vem de longe e em algum momento tinha de explodir. O desafio do referendo foi um desafio democrático, pôs em cima da mesa o caráter antidemocrático do regime. No entanto, este desafio não implica apenas um novo encaixe ou relação territorial-institucional, põe também em causa o pacto social de 1978. É esse o motivo pelo qual o governo espanhol tem negado sistematicamente o direito à autodeterminação. Em concreto, o rodopio reacionário do PP, o apoio incondicional dos Ciudadanos e a obediência do PSOE forjaram uma aliança constitucional de cariz antidemocrático. Um rodopio que procura suturar a crise política do regime que se vem arrastando desde o 15M e o lançamento do Podemos. Por isso na Catalunha tudo está em jogo, ou o rodopio se consolida ou o desmoronar do regime é irreversível.

No entanto, os obstáculos que enfrentamos não são poucos. Para começar, o posicionamento da União Europeia. Se é verdade que muitos meios de comunicação social deram eco à repressão do Estado Espanhol, a grande maioria dos Estados-membros, assim como a UE, mantiveram o seu alinhamento com o executivo espanhol. A União Europeia, a Europa-fortaleza do capital, uma vez mais, demonstrou o seu rosto antidemocrático, uma atitude que fez precipitar as avaliações que dela faziam os catalães e as catalãs. O último barómetro de opinião sobre a UE na Catalunha dá-lhe, entre os independentistas, pouco mais de 3 pontos em 10. É um dado importante quando sabemos que esta tinha sido a cartada do catalanismo institucional, no entanto, a Europa não chegou para salvar a situação.

Outro dos obstáculos é a falta de estruturas adequadas que permitam o desenvolvimento do processo constituinte. A perseguição e a repressão do regime, ao afogar política e economicamente as instituições catalãs, combinadas com a falta de previsão (e vontade) do governo catalão para aguentar a rutura, geraram um certa situação de impasse. Combinar a defesa das instituições catalãs interencionadas com a criação de espaços populares de base que, esses sim, permitam o desenvolvi-

to do processo constituinte é, seguramente, a chave para dar saída a um obstáculo que se vai manter depois das eleições de 21 de dezembro.

Esses espaços de base deverão apoiar-se no que já existe. Em torno da defesa dos locais de voto construíram-se assembleias massivas: os Comitês de Defesa do Referendo (CDR), agora da República. Os CDR foram a força-chave que assegurou a votação do 1 de outubro, organizando milhares de pessoas nos dias precedentes, ocupando metade dos locais de voto de toda a Catalunha. Aí se encontraram ativistas, militantes, mas, sobretudo, vizinhos e vizinhas que nunca antes tinham participado numa ação semelhante. Após o dia 1 de outubro, os Comitês foram a peça fundamental da mobilização, assim como foram centrais para as duas greves gerais (3 de outubro e 8 de novembro). Os CDR hoje têm uma composição verdadeiramente transversal, onde amplos setores ideológicos se sentem interpelados e participam, mas onde ainda se mantém uma alta participação das classes médias e uma forte delimitação independentista. Por outro lado, apesar de terem uma realidade desigual em cada território, hoje existem mais de 300 Comitês em toda a Catalunha, e todas as semanas este número cresce. Os CDR, potencialmente, podem passar da resposta antirrepressiva em que a dinâmica de mobilização enalçou para o desenvolvimento do processo constituinte. Uma potência que terá de posta em prática.

O último obstáculo a superar é a necessidade de ampliar as maiorias sociais. No 1 de outubro votaram cerca de 42% dos cidadãos e cidadãs, número impressionante se tivermos em conta o contexto de repressão e perseguição política prévias, assim como as cargas policiais que se sucederam em toda a Catalunha durante o dia. Mesmo assim, para fazer frente à repressão e efetivamente implantar uma República, será necessário ampliar as maiorias entre os setores que oscilam. O independentismo governamental manteve um limite constante para isso: relacionar a construção da República com o modelo de sociedade que se esconde por detrás. Aí as diferenças entre a direita catalã (que vive a sua crise eleitoral e social própria), os setores sociais-democratas catalães e os setores ruristas colo-



.....
“A aplicação do artigo 155 misturou um caráter repressivo (prisões, dissolução do governo e do parlamento, intervenção em áreas da instituição catalã) com a convocação de eleições autonómicas.”

car-se-iam sobre a mesa. Como relacionar as duas correntes sociais e políticas de fundo que atravessam a história da Catalunha, o 15M e o processo catalão?

A aplicação do artigo 155 misturou um caráter repressivo (prisões, dissolução do governo e do parlamento, intervenção em áreas da instituição catalã) com a convocação de eleições autonómicas. Uma convocatória eleitoral que apanhou todas as forças independentistas em contramão e que todas elas se viram obrigadas a assumir. Como conseguir não só repetir os resultados como também ampliar as maiorias para o 21 de dezembro? No momento, nenhuma força independentista antecipou os seus planos pós-eleitorais, no entanto, a necessidade de configurar um bloco constituinte amplo entre as forças independentistas e aquelas que defendem a soberania e autodeterminação da Catalunha era algo fundamental. Um bloco constituinte que revele realmente qual a política social que vai desenvolver. Onde todas as forças de esquerda deverão colocar sobre a mesa a necessidade de um plano de choque face à emergência social que consiga dirigir-se a setores populares ainda indecisos. A configuração desse bloco, no entanto, necessitará de generosidade política de ambas as partes num contexto de forte polarização, uma tarefa tão difícil quanto urgente.

Tradução de Andrea Peniche e Paula Sequeiros



AMBIENTE

CONSTRUIR MOVIMENTO AMBIENTALISTA

RICARDO VICENTE

Há um ano existiam quinze contratos de prospeção e produção de petróleo em vigor em Portugal; atualmente existem cinco, localizados no mar, ao longo da Costa Vicentina, com as empresas ENI e Galp (3) e em terra, na Bacia Lusitânica, entre Caldas da Rainha e Soure, com a Australis (2).

Os últimos contratos cancelados foram os quatro da Bacia de Peniche, localizados numa faixa marítima contígua de Lisboa ao Porto. No período de um ano saíram de cena as empresas Kosmos Energy, Partex, Repsol e Port Fuel. Muito se pode argumentar sobre os motivos de cancelamento destes contratos, desde o não cumprimento de algumas das suas cláusulas por parte das petrolíferas à perda de interesse pela reduzida quantidade ou qualidade dos recursos fósseis encontrados. No entanto, para além destes fatores, houve uma enorme condicionante popular que tem vindo a contribuir de forma decisiva para este caminho. Durante os últimos dois anos, a luta contra a prospeção e produção de petróleo foi a causa mais mobilizadora que a sociedade portuguesa conheceu: criaram-se mais de uma dezena de movimentos sociais em todo o país, promoveram-se centenas de ações públicas que permitiram a sensibilização da população, dezenas de milhar de assinaturas foram recolhidas e chegaram à Assembleia da República em forma de petição apoiada por organizações ambientalistas, movimentos sociais e câmaras municipais, nos tribunais entraram várias providências cautelares e na Assembleia da República produziram-se diversos projetos de resolução e projetos de lei.

Esta tem sido uma causa fraturante na política portuguesa. Muitos autarcas posicionaram-se publicamente ao arremio das posições públicas dos dirigentes dos seus próprios partidos com responsabilidades governativas, aconteceu no Algarve

com presidentes de câmara do PS e do PSD. Os Verdes apoiaram a causa lavando a cara à CDU e assumindo uma posição pública incompatível com a do PCP, que não encontrou qualquer eco nas campanhas autárquicas da CDU. Foram mesmo os únicos partidos com assento na AR que não tiveram, em todo o país, qualquer candidatura autárquica publicamente comprometida com esta luta. O PCP replica a mesma cartilha que as vozes governativas com responsabilidades no processo (PSD, CDS e PS), afirmando que se trata apenas de conhecer os recursos do país. No entanto, os contratos são explícitos e preveem a produção de petróleo. O Bloco de Esquerda tem sido a força política coerente nas suas propostas e posicionamentos públicos sobre esta matéria, com a recusa do investimento em energia fóssil e a promoção da transição energética, com clara aposta nas energias renováveis.

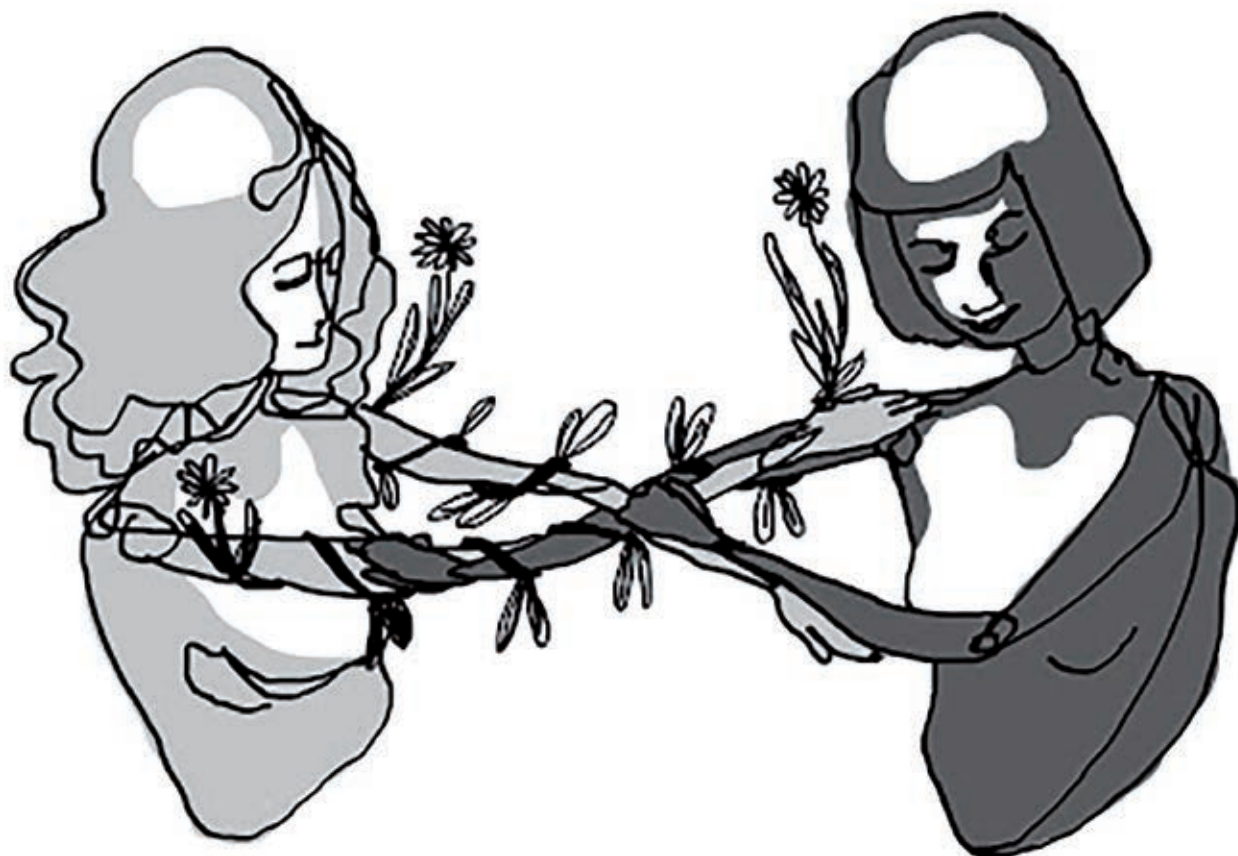
O caso está longe de estar resolvido, é necessário garantir o cancelamento dos contratos que ainda estão em vigor, mas garantir também que não surjam novos contratos nos lugares onde já foram cancelados. Esse trabalho vai continuar a necessitar da mobilização popular e é aqui que se levantam os maiores desafios. Portugal tem um movimento ambientalista decrépito, burocrático e essencialmente reformista, muitas vezes tomado por interesses económicos. Nos últimos dois anos, as lutas ambientais ganharam um novo fôlego, a mitigação e adaptação às alterações climáticas ganhou uma nova perceção e sentido de urgência na sociedade portuguesa, que tende a ser crescente, em consequência dos fenómenos extremos que temos vindo a experimentar – secas, fogos e inundações.

Os movimentos antipetróleo, que em muitos lugares estão a perder força devido cancelamento dos contratos, podem, onde houver militância, ser um ponto de partida para construir movimento ambientalista, alargando o seu âmbito em cada local

em função dos recursos disponíveis. A adaptação das cidades e vilas às alterações climáticas, a promoção da transição energética e dos transportes públicos coletivos são áreas de ativismo comuns que podem ser trabalhadas para criar continuidade e gerar experiências e memória essenciais para o futuro. O Bloco de Esquerda e os seus ativistas devem, mais do que ser voz destas experiências na Assembleia da República e órgãos autárquicos, promover e apoiar a construção de movimento em cada lugar. Esta meta exige que façamos trabalho de base, juntando pessoas em cada sítio, garantindo a vida quotidiana destas organizações e, com isso, a possibilidade de formação de novos ativistas e quadros políticos.



GABRIELA CÉSAR
Support your sisters



2017. Trabalho inserido no projeto *Eu Vejo Flores Em Você*
www.facebook.com/asfloresemvoce

FEMINISMO ANTICAPITALISTA

Friedrich Engels, no seu livro *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, de 1884, demonstrou, baseando-se em dados históricos e antropológicos, que a submissão das mulheres não é um dado natural, resulta antes de relações sociais de poder. O patriarcado não é, pois, uma essência, é antes um conjunto de práticas que cria o ambiente material e cultural que favorece a sua continuidade, é uma política que entende a diferença entre os sexos como desigualdade e instaura uma dinâmica de subordinação das mulheres.

Ser feminista é exatamente a recusa desta dinâmica, é o posicionamento crítico da decência, de quem não aceita a desigualdade e se organiza para a combater. No movimento feminista dos anos 1960 afirmava-se que *não há revolução sem libertação das mulheres e não há libertação das mulheres sem revolução*, o que significa que o feminismo não é apenas a luta pelo reconhecimento do sujeito *mulheres*, é antes o duplo movimento que coloca no mesmo patamar as questões do estatuto cultural e da redistribuição económica.

ACONTECEU

27 de outubro | Machismo não é justiça, é crime

Centenas de pessoas juntaram-se em várias praças do país – Porto, Coimbra, Lisboa e Évora – para protestarem contra o acórdão do Tribunal da Relação do Porto, assinado pelo juiz Neto de Moura e pela juíza Maria Luísa Aredes, que, invocando o Código Penal de 1886, a Bíblia e a Xária, desculpabiliza a violência doméstica, revitimizando a mulher agredida.



VAI ACONTECER

Curso intensivo em ativismo climático

Nos meses de novembro e dezembro, o Climáximo e o Gaia organizam um curso intensivo, em seis sessões, de formação de ativistas climáticos.

Esta formação surge da necessidade urgente de radicalizar e politizar a sociedade e o movimento ambientalista, propondo-se formar ativistas e militantes que entendam a luta contra as alterações climáticas no curto prazo, mas que também pensem estrategicamente este problema como transversal a todos os outros.

Em dezembro é este o programa:

Lisboa | Rua da Regueira, 40, 19 horas

6 de dezembro

Democracia Energética e Transição Justa

13 de dezembro

Movimentos Sociais e Estratégias: teorias de mudança e escalamento de conflito

20 de dezembro

Movimento climático no mundo e em Portugal: dinâmicas, campanhas, grupos, redes

Inscrições e mais informações em:

www.climaximo.pt



CURSO INTENSIVO ATIVISMO CLIMÁTICO

SESSÕES (19H00):

15	CIÊNCIA CLIMÁTICA: O QUE É E COMO REAGIR (DE 19H00 ÀS 21H00)
22	JUSTIÇA CLIMÁTICA: QUEM SÃO OS RESPONSÁVEIS E QUEM SÃO OS AFETADOS?
29	MOVIMENTOS SOCIAIS E MOVIMENTOS VERDADEIRAMENTE JUSTOS: O QUE É A JUSTIÇA CLIMÁTICA?
06	TRANSIÇÃO ENERGÉTICA E TRANSIÇÃO JUSTA
13	MOVIMENTOS SOCIAIS E ESTRATÉGIAS: TEORIAS DE MUDANÇA E ESCALAMENTO DE CONFLITO
21	MOVIMENTO CLIMÁTICO NO MUNDO E EM PORTUGAL: DINÂMICAS, CAMPANHAS, GRUPOS, REDES

INSCRIÇÕES: [HTTP://WWW.CLIMAXIMO.PT](http://www.climaximo.pt)

RUA DA REGUEIRA, 40 - LISBOA / GAIA - LISBOA

CLIMAXIMO GAIA

LEITURAS

Os Dez Dias que Abalaram o Mundo é uma reportagem sobre os frenéticos dias que se viveram na Rússia em 1917, desde o fim do czarismo, passando pelo governo provisório de Kerenski, até ao triunfo da revolução social bolchevique. Disponibiliza vários documentos - decretos, proclamações, panfletos, etc. -, apresenta vários testemunhos dos soldados na frente de guerra, dá voz ao povo anónimo - soldados, operários e camponeses - e aos mais proeminentes líderes das várias fações e partidos políticos - dos bolcheviques aos conservadores -, assim como relata algumas das mais interessantes e difíceis discussões por que passou o processo revolucionário.

OS DEZ DIAS QUE ABALARAM O MUNDO

John Reed



Prefácio de Francisco Louçã



MARCA NA AGENDA!

10 de Fevereiro de 2018

II Conferência Nacional, em Lisboa.

CONTACTOS

Email redanticapitalista@gmail.com

facebook.com/redanticapitalista

www.redanticapitalista.net